



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 6^a LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57^a
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 16 DE JUNHO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 118, de 28/6/2011,
juntamente com a ata sucinta da 57^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Srs. Deputados, quero retificar os seguintes itens lidos na terça-feira, dia 14/6/2011: de nove indicações de autoria do Deputado Dr. Michel para uma moção e oito indicações de autoria do Deputado Dr. Michel; de oitenta para oitenta e uma indicações de autoria do Deputado Agaciel Maia.

Eu gostaria, também, de retificar o resultado da votação nominal declarado na sessão ordinária de ontem, dia 15/6/2011, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2011, em virtude da solicitação do Deputado Benedito Domingos de registrar abstenção quando da votação do projeto. O resultado proclamado foi de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

22 votos "sim" e 4 ausências, ou melhor, 22 votos "sim" e 2 ausências, quando o correto são 21 votos "sim", 1 abstenção e 2 ausências.

Neste sentido, solicito aos setores de Ata e Súmula e de Taquigrafia que procedam à retificação.

Há número regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ler a moção que assinamos ontem sobre a questão dos policiais militares, em que reivindicamos ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal a imediata prorrogação do prazo do concurso para soldado da Polícia Militar do Distrito Federal. Esta moção conta com a assinatura de quase todos os parlamentares, porque o Parlamento não pode fugir da responsabilidade de apoiar um concurso como esse.

V.Exa. foi uma das primeiras pessoas que abraçou esse movimento, e eu queria deixar aqui a minha indignação nesta tarde, porque hoje o Secretário foi à televisão e falou que não iria haver a contratação, que haveria a contratação de uma nova turma – um gasto que custaria aos cofres públicos mais ou menos 2 milhões de reais.

Faço um apelo aqui nesta tarde, porque acho que, se nós temos pessoas concursadas, se existe um banco de reservas e se há a possibilidade jurídica de se contratar, que se contrate, pois fica muito mais barato para o Estado e para a população, além de ser mais rápido para colocar o efetivo na rua porque sabemos que Brasília hoje vive um *status* de falta de segurança total.

Eu queria agradecer a V.Exa., que abraçou esse pessoal e que deu apoio a eles. Contem conosco! Esta Câmara não vai se furtar de apoiar vocês. Vocês podem contar com a gente!

Deixo essa indignação nossa, porque não é possível que vamos abrir um concurso sendo que temos um banco reserva. Que, pelo menos, se prorogue o concurso, se não quiserem tomar essa decisão agora, imediatamente, para que tantas pessoas que estudaram, fizeram teste, passaram e que montaram uma comissão, tenham a possibilidade de vir prestar um serviço de qualidade para o Governo do Distrito Federal, principalmente para a população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, eu quero parabenizar V.Exa. pela moção, que eu também assinei – tive o prazer de assiná-la –, e dizer que o Dr. Sandro Avelar, delegado experiente sempre muito vinculado a essa área de recursos humanos, provavelmente deve estar recebendo informação truncada a respeito do assunto. Nós sabemos que, como há pessoas que já fizeram esse concurso – também sabemos que, na maioria das classificações em concursos, são por décimos as notas –, não se justificaria fazer um novo concurso.

Há também esta preocupação – e eu tenho alertado para isso aqui – de que o governo, pelo concurso ter sido no governo anterior, simplesmente o abandonar e fazer outro novo. Primeiro, deve haver respeito à população! Muitos dos servidores que foram aprovados nesse concurso gastaram dinheiro para se preparar. Muitos, inclusive, pediram demissão de outro emprego para poderem se dedicar ou até contaram com recursos financeiros dos familiares. Não podemos concordar com essa tese, porque o governo é o GDF. Não é o Joaquim, João ou Manoel que vai ser governador.

Eu acho que, ao se fazer concurso – temos de ter essa preocupação; inclusive, nós a temos tido –, no que diz respeito à aprovação da LDO, deve haver a obrigatoriedade de se chamar até o último aprovado. Não faz sentido o governo abrir um novo concurso, se existe um concurso com os servidores prontos para serem chamados. Principalmente para a polícia, porque há essa promessa do governo de colocar mais policiais nas ruas. Fala-se em 1.300 policiais a mais, e se está aí o concurso pronto, vigente – ou prestes a vencer –, podendo ser prorrogado, eu acho que o governo tem de levar isso em consideração, até mesmo por redução de custo.

Eu acho que a Câmara Legislativa precisa, no futuro, fazer uma legislação para acabar com esse negócio de um governo fazer concurso e o outro, por achar que não foi ele quem fez o concurso, simplesmente não aproveitar as pessoas que dedicaram o seu tempo e seus recursos financeiros e, às vezes, até mesmo o seu próprio emprego em sacrifício para ser aprovado no concurso.

Como servidor público, eu quero parabenizar V.Exa., exatamente porque sei da expectativa de todos que estão aí na galeria e que estão em casa aguardando um resultado positivo.

Então, parabéns, Deputada Celina Leão, pelas suas colocações hoje à tarde.
(Palmas.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina, eu não sei se é possível, mas deveria haver uma lei distrital para proibir essa indústria de concurso público. O cidadão dedica tempos e tempos de sua vida para fazer um concurso. Ele é aprovado. Ele espera dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos; o concurso vence e ele não é chamado. Ele se envolve por dez, doze, quinze anos no sonho de ser um funcionário público, e esse sonho ainda acaba ficando pela metade porque o governo – não é só este governo, todos foram assim – fica iludindo as pessoas e não as contrata.

Então, acho que nós poderíamos fazer uma lei distrital que determine que, se houver um concurso para a Polícia Militar, por exemplo, e forem chamados dois mil novos policiais militares, só poderá haver um novo concurso quando aqueles dois mil que foram aprovados forem chamados.

Há uma lei, que ainda vai ser apreciada por esta Casa, de muita importância. O cidadão se aposentou. O que vai ser feito? Pelo que eu entendi – ontem não deu para discutir a matéria –, aquele que vai ocupar a vaga do que está se aposentando será um concursado aprovado, o primeiro da lista; então, gradativamente, serão chamados.

Agora, vou dizer isto também, já que há muita gente aqui hoje na galeria: esses jovens que estão começando a vida têm que ter um novo objetivo. A vontade de vencer, de construir, de fazer, não deve ser só no serviço público. A iniciativa privada está precisando de grandes profissionais. Às vezes, a gente procura um profissional elevado, preparado e não o encontramos. Ela tem também um salário, uma remuneração muito boa. Aí, o cidadão pensa: "Eu não quero ir para a iniciativa privada porque eu não tenho a minha garantia". A garantia é ser bom profissional, porque, se ele também está no serviço público e não é um bom profissional, ele recebe o cartão vermelho. Está aqui o nosso Presidente, que é da Polícia Civil, é delegado. Se ele não fosse um profissional nota dez, se ele fosse um cidadão que tivesse pontos de interrogações na sua carreira como funcionário público, ele teria sido demitido. Na iniciativa privada é como na pública: você tem que ser o melhor.

Eu queria que esses jovens fossem empreendedores, sonhassem em construir. Eu, quando comecei a minha vida, pensava: "Oh, meu Deus do céu, eu queria ter três funcionários". Quando eu tive três, pensei: "Rapaz, eu tenho condições de ter dez funcionários". Depois eu pensava em cinquenta, depois eu sonhei com quinhentos, já passei dos mil e já estou querendo chegar a dois mil. Por quê? Porque eu acredito na produção.

Quando eu vou dar as minhas palestras nas faculdades – eu sou, assim, meio abestalhado –, Deputada, lota de gente! Um dia desses, eu fui a uma faculdade dessas de rico, cuja mensalidade é cara. Cheguei lá e havia tanta gente me aguardando que eu me adiantei e falei: "Gente, eu acho que vocês estão me esperando aqui para pedir emprego, mas eu vim aqui para ensinar vocês a ficarem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

ricos!". Áí é que eles ficaram felizes. Então, o que é importante, Deputada? (Risos). Não sei por que a senhora está rindo... (Risos.)

Eu quero dizer que neste País, neste Brasil, nesta cidade aqui, na nossa Capital, um cidadão que saiu lá do interior de Pernambuco conseguiu ser Presidente da República, e não vou compará-lo com Juscelino Kubitschek. Juscelino Kubitschek começou o novo Brasil, e o Lula recomeçou a história do povo! Um dos maiores presidentes já vistos na história! Juscelino, do lado direito, e o Presidente Lula, do lado esquerdo. Então, esses jovens que ocupam a galeria, que são sonhadores, venham para a iniciativa privada porque vocês têm todas as condições de fazer a sua história. Quem sabe, pode aparecer um Presidente da República também.

Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco. Eu quero dizer novamente que não só eu, como Parlamentar, mas toda esta Casa... esta é uma Casa em que não fazemos absolutamente nada sozinhos. Quando há um aparte como o do Deputado Agaciel Maia dando apoio, do Deputado Olair Francisco e do próprio Presidente desta Casa, podem ter certeza de que nós podemos até perder uma luta, mas não vamos desistir nunca, porque é isso que faz a diferença.

Parabéns.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, eu queria dizer que Brasília, Deputado Agaciel Maia, é a Capital da Esperança. Eu acho que esses concursados daqui estão com uma insegurança muito grande de o concurso prescrever e eles não serem chamados. É importante a Deputada Rejane Pitanga, o Deputado Chico Vigilante levarem isso com carinho ao Governador. Essas pessoas que estão aqui aguardam ansiosas. As famílias estão pensando nisso, as crianças também. São pais de família. É importante que haja um pouquinho de compromisso verdadeiro, sem que fiquem empurrando com a barriga. Todos os dias eles estão vindo para cá e ficam na galeria. Isso é cansativo, Deputado Agaciel Maia. Não podemos fazer isso, não! São seres humanos. Temos de levar essas pessoas com seriedade. Se se faz um concurso, é porque Brasília é a Capital da Esperança e deu a oportunidade para isso. Ora, eles estavam na mesma condição do Deputado Olair Francisco, que é rico, é empresário. Todo mundo quer isso, mas eles não têm como. Então, procuram um concurso público. O Distrito Federal tem de dar essa oportunidade, tem de dar lição ao resto do Brasil de que aqui se emprega, aqui existe emprego, porque hoje o que o Brasil mais clama é por emprego. As escolas técnicas, de qualificação, foram promessas do Governador Agnelo. Cadê as escolas? A mão de obra está desqualificada. Há vagas para vários campos, mas estão estagnadas. Este governo não anda, não trabalha, não busca soluções práticas para resolver o problema das pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Vice-Líder do Bloco PMDB, PSL, PTC e PTdoB .

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo esta tribuna hoje, Deputado Dr. Michel, para comunicar que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, há um mês praticamente, recebeu o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós estabelecemos um cronograma de votação e hoje, pela manhã, aprovamos o projeto e o estamos encaminhando ao Plenário desta Casa, tendo em vista que só poderemos entrar em recesso com a aprovação da LDO. É constitucional. Não poderemos entrar em recesso sem a aprovação desta Lei.

É importante destacar aqui o trabalho realizado por todos os gabinetes dos Deputados, pela assessoria dos Deputados, pelos membros da Comissão – o Vice-Presidente Deputado Cláudio Abrantes, o Deputado Benedito Domingos, a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Wasny de Roure –, na construção de um parecer que recebeu 108 emendas, das quais 79 foram acatadas por este relator, demonstrando de forma democrática e estabelecendo o que nós consideramos um manual de execução orçamentária do governo no próximo ano da maneira mais detalhada, e ressaltando que em nenhum dos momentos nós retroagimos um milímetro sequer a competência que a Câmara Legislativa tem perante o Poder Executivo.

Quero destacar isso por entender que esta Casa pode cumprir sua função. Nós temos que acreditar no trabalho dos Deputados, na reconstrução da imagem desta Casa por meio do estabelecimento de um cronograma e o cumprimento desse cronograma, conforme aconteceu com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, quero parabenizar todo o corpo de assessoria dos 24 Deputados que participaram intensamente, os técnicos da Casa, os Deputados e, principalmente, os membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Talvez, nesta Casa, nunca com tanto tempo de antecedência se apresentou um projeto já aprovado pela CEOF, pronto para ser votado pelo Plenário.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dar conhecimento à Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, juntamente com o Deputado Prof. Israel Batista e o Deputado Evandro Garla – dois jovens e um mais vivido –, estamos chegando agora do Palácio do Buriti. Fomos convidados, e creio que todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

os Deputados foram convidados, para o lançamento da 2^a Conferência da Juventude do Distrito Federal.

Deputada Rejane Pitanga, acho que é um momento importante que o Distrito Federal viverá. Essas conferências acontecerão em todas as cidades do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu não fui convidado, não.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pois é, Deputado Dr. Michel, lamento que não tenham convidado V.Exa., porque esse foi realmente um momento importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pois é. Eu estou sempre perdendo as coisas importantes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Inclusive, eu queria até pedir para V.Exa., que tem muita influência política e admiração ali na região de Sobradinho II, ajudar na organização porque haverá uma conferência da juventude em cada cidade. É fundamental, é importante porque se trata de uma conferência preparatória para levar as resoluções de cada cidade para a Conferência Nacional, que também será em Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu peço um aparte a V.Exa. para pedir ao nosso Líder de Governo que comunique ao governo que, para podermos ajudar, temos que ser convidados. Eu não fui convidado, mas acho que V.Exa., como Líder do Bloco do PT... Acho que um convite de V.Exa. será bem aceito. Pode ter certeza de que farei tudo para levar a juventude a dar certo neste governo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É muito importante. Acho que todos os Parlamentares aqui, Deputado Presidente Michel... É importante que ajudemos na mobilização da juventude. Acho que é por essa via que faremos com que essa juventude efetivamente não trilhe por caminhos que não devem trilhar. Eu sei do interesse do Deputado Evandro Garla, que estava lá. Eu sei que toda a Casa, até os deputados mais vividos aqui, todo mundo tem interesse.

Inclusive, o Deputado Evandro Garla, hoje, está um pouco chateado porque nós deveríamos ter votado ontem um pedido que S.Exa. fez a fim de que houvesse uma sessão hoje para debatermos a questão da maconha, um problema muito sério que precisa ser discutido neste País. Eu me somo a V.Exa. na sua indignação por isso não ter acontecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. viu o absurdo que o Supremo Tribunal Federal fez? Como parlamentar, eu não poderia deixar de dizer que me junto a V.Exa. Foi um absurdo aquilo, dizer que a caminhada em favor da maconha é lícita.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, decisão do Supremo, muita gente diz que se cumpre. Quero expressar também a minha discordância.

Assisti ao debate na televisão no dia de ontem. Não adianta a Ministra dizer que a praça é do povo. Tudo bem, a praça é do povo, mas não é para cometer atos ilícitos. Existe uma droga que é proibida neste País, que é a maconha, assim como outros entorpecentes. Todos nós temos que combatê-la. E não adianta, Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, dizer que eles vão para a marcha, mas não podem fumar. Numa marcha de milhares de pessoas, vai ter um policial ao lado de cada um para ver se não estão usando o tal cigarrinho do capeta? Portanto, realmente acho que foi muito ruim a decisão, porque, se é proibida, não tem por que ter marcha de defesa.

Nunca vi um pé de maconha na minha frente. Se sentir o cheiro do tal cigarrinho do capeta, não saberei distinguir. Não tenho interesse de saber como é que é, até porque as pessoas que usam, todo mundo sabe qual é a situação delas. Não adianta dizer que é droga leve, porque é através da droga leve que se chega à droga pesada, Deputado Dr. Michel: começa com maconha, depois vai para a cocaína, depois vai para o *crack*, vai para o tal do oxi, que apareceu agora e nada mais é do que um *crack* piorado.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Chico Vigilante, demais Parlamentares, o que aconteceu ontem no Supremo Tribunal Federal, a legalização da marcha da maconha, é uma irresponsabilidade tremenda. Só sabe o que de fato é a droga quem, um dia, já passou por isso, quem convive e quem trabalha com isso. Então, o que aconteceu ontem no Supremo, eu considero uma verdadeira vergonha.

Considero uma vergonha também o que aconteceu ontem aqui nesta Casa. Sr. Presidente, temos um requerimento há mais de vinte dias aqui, seguindo toda a parte regimental, para a realização de uma audiência pública no Distrito Federal contra a legalização da maconha. Ontem, após a votação do projeto do Deputado Chico Vigilante, alguns deputados saíram, e não houve quórum para se votar o requerimento. Também acho isso uma vergonha, uma irresponsabilidade muito grande. É a primeira audiência pública na Casa que está sendo cancelada em todos os órgãos, em todos os locais, porque não foi colocada em votação pelos nossos digníssimos deputados. Já foi cancelada em todos os setores.

Sr. Presidente e nobre Deputado Chico Vigilante, essa segunda conferência é de extrema importância para a nossa sociedade do Distrito Federal. O que estamos falando é referente à juventude. Muitos não acreditam na juventude, pensam que juventude é só massa de manobra, só pensam em juventude em relação a problema,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

mas nós não. A juventude é, sim, uma ação, um trabalho, está pronta para trabalhar e está pronta para desenvolver tudo o que for necessário.

Nobre Deputado Chico Vigilante, já que V.Exa. me deu um aparte em relação a esse detalhe, também agradeço aos nobres parlamentares, que também não votaram uma moção que eu tinha apresentado há mais de vinte dias. Houve uma sessão solene hoje, participei dessa sessão solene e não pude dar a moção para o nosso Presidente da Sociedade Bíblica.

Obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu também não fui convidada para esse evento. Lamento muito, porque moro em Brasília desde um ano de idade, acompanhei o crescimento desta cidade e também faço parte da juventude que quer uma Brasília melhor. Fico muito triste, porque este governo é insensível e não entende que a Oposição não é inimiga. Pelo menos eu não me considero inimiga de ninguém; não tenho inimigos. A Deputada Rejane Pitanga veio agora até mim e me pediu que eu me encontrasse com a Secretária Arlete Sampaio. Eu fui muito cordial com ela: "Irei." E não vejo o governo fazer o mesmo. Acho muito triste o exemplo que o PT dá. Fico indignada e pensativa se este governo, de fato, pensa em um caminho novo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputada Liliane Roriz, V.Exa. pode ter certeza de que farei uma reclamação, em nome do nosso Bloco, ao Cerimonial do Governo e pedirei que, para todas as solenidades do governo, todos os 24 Deputados desta Casa sejam convidados. Assim se faz o convite, e os Deputados escolhem se vão ou não, mas serão convidados.

Hoje, tivemos uma reunião com a Deputada Arlete Sampaio sobre o projeto de combate à miséria que S.Exa. vai encaminhar. Deputada Liliane Roriz, eu e a Deputada Rejane Pitanga, sabendo que V.Exa. é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, sugerimos à Deputada Arlete Sampaio que, antes de encaminhar burocraticamente o projeto para esta Casa, faça uma reunião com V.Exa. e lhe apresente o projeto em primeira mão.

Depois, Deputado Dr. Michel, pedimos também que o projeto seja encaminhado para cada um dos gabinetes dos deputados. Antes de chegar a esta Casa, que chegue o envelope, dirigido individualmente, de maneira personalizada, a cada deputado desta Casa, para que possam ver o projeto antes de ele chegar oficialmente. Acho que, Deputado Cláudio Abrantes, é um momento em que esta Casa tem que aprender a viver. Ou seja, encaminhe-se o projeto antes e os Deputados o examinam; quando ele chegar oficialmente, já estarão sabendo mais ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

menos do que se trata. Acho que desse jeito as coisas avançam muito mais, fica muito melhor se o procedimento for esse.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, nós estamos perdidos no que diz respeito a esse problema das drogas, porque fomos criados com nossos pais nos dizendo para evitarmos drogas, martelando isso todos os dias. Enfrentamos as escolas, as universidades, onde a maioria da turma e os grupos de trabalho fumavam maconha, e resistimos, porque tínhamos aquele conceito arraigado de religião. Depois, criamos os filhos dizendo: "Meu filho, droga não é bom, você não pode usar droga". E hoje a principal preocupação dos hospitais é exatamente com isso.

Mas, a partir do momento em que um ex-Presidente da República, no caso, Fernando Henrique Cardoso, vai à televisão com uma nova bandeira para discutir o problema da legalização da maconha; a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal autoriza a realização de passeatas... Éramos acostumados a fazer passeatas para combater a ditadura, a fome no Nordeste, para discutir reivindicações que atendessem e melhorassem a qualidade de vida da população. Agora vai ter a passeata pela legalização da maconha. Aí vem o velho ditado do nosso Bezerra da Silva: "Vou apertar, mas não vou acender agora...".

Então, chega o filho, o sobrinho, o neto, e, quando vamos argumentar que droga faz mal, eles dizem: "Sim, mas, vovô, papai, o próprio ex-Presidente da República está dizendo que não tem que se discutir isso". A mais alta corte da Justiça do País diz que se pode ir às ruas para reivindicar a legalização, que isso é uma manifestação democrática. Acho que estamos perdidos, não temos argumentação. Não tem mais como um pai de família dizer para seu filho que maconha é o cigarro do capeta – conforme V.Exa. disse –, porque agora eles terão argumento para poder nos enfrentar. Acho que a formação religiosa é importante, o enfrentamento da conscientização através da religião é importante, mas a minha sensação é que isso é um tsunami, não vamos ter condições de enfrentá-lo – pelo menos, é a minha impressão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É, mas vamos resistir.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu queria só ressaltar, com relação à Conferência da Juventude, que essa conferência vai ajudar a elaborar políticas públicas que venham trazer benefícios, ajudar na organização, pensar o Estado do ponto de vista de políticas para um setor tão importante que é o da juventude – que serão os adultos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

amanhã –, que sabemos que está sendo dizimada por uma série de questões, de uso de *crack*, de desemprego, de ausência de políticas de esporte, de lazer, enfim... Mas essa não é a única conferência que o governo vai fazer. Eu queria, inclusive, que a Deputada Liliane Roriz estivesse aqui, até porque é uma nova concepção de construção, diferente de se chegar com um pacote pronto, sem debatê-lo com os segmentos da sociedade. Nós já tivemos Conferência do Meio Ambiente, Conferência da Cultura... Agora teremos Conferência da Juventude. A Conferência das Mulheres vai acontecer a partir de agosto... Essa é uma nova forma de relação com a sociedade civil. Quer dizer, o governo vai elaborar políticas para os respectivos segmentos a partir das conferências nas cidades, da conferência distrital e depois da conferência nacional. Foi assim que o Governo Lula procedeu durante os oito anos. Resultaram dessas conferências, por exemplo, a Lei Maria da Penha e outras políticas de proteção à vida das mulheres, em debates com mais de 120 mil mulheres. Eu tive a oportunidade de participar das duas conferências, tanto a distrital quanto a nacional. Então, é esta a concepção do Estado: não trazer pronto, numa relação autoritária com a sociedade, que foi o que vivemos até agora, mas uma nova construção, com a participação e a organização da sociedade civil. Por isso, realmente é um novo tempo. Quer dizer, elaboram-se políticas a partir da consulta e do debate com a maior interessada nessas políticas, que é a população do Distrito Federal.

Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, para encerrar, quero trazer o assunto da votação de ontem da Emenda nº 8.

Eu tenho aqui em minhas mãos o resultado, Sr. Presidente, de uma sessão que aconteceu no dia 18 de dezembro de 2010. Era um fato semelhante: uma proposta para alterar o Regimento Interno da Casa. A Resolução precisaria de treze votos e ela obteve os treze votos. Foi apresentada uma emenda, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Prof. Israel Batista, que era contrária ao que tinha sido apresentado anteriormente. A própria assessoria da Mesa, está aqui escrito à mão, diz o seguinte: “Proposta de alteração do Regimento Interno precisa de treze votos favoráveis à aprovação”. Portanto, como a emenda estava modificando o que tinha sido aprovado anteriormente, a própria assessoria da Mesa colocou aqui à mão, e na hora o Presidente da época, Deputado Alírio Neto, mesmo tendo votado a favor — e está aqui acostado o voto dele —, considerou a emenda prejudicada. A emenda não foi aprovada.

Portanto, no dia de ontem, o que o Presidente desta Casa, Deputado Patrício, deveria ter feito na hora, para cumprir efetivamente o Regimento, e por isso eu insisti tanto no cumprimento do Regimento... Presidente Deputado Dr. Michel, não foi V.Exa. que presidiu, foi S.Exa. O erro não foi de V.Exa. Naquele momento, a decisão que S.Exa. tinha que ter tomado era declarar a Emenda nº 8 prejudicada porque ela não obteve os treze votos necessários.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

Por pura coincidência, e coincidência benéfica no meu caso, Deputada Rejane Pitanga, a emenda, na época, teve onze votos também e foi declarada prejudicada. Portanto, eu tenho certeza absoluta de que essa luta nós iremos vencer na Comissão de Constituição e Justiça, e aquela Emenda nº 8 não poderá prosperar e voltar a este plenário porque ela foi rejeitada. Ela não encontrou o número de votos necessários; portanto, ela não poderá ser reapresentada. E aí, nós vamos votar em segundo turno o projeto original da maneira como foi proposto pelo Deputado Agaciel Maia, que se posicionou de maneira muito correta. Outra emenda que surgir poderá ser incorporada, mas que seja emenda nova, que surja entre o primeiro e o segundo turnos. Aquela emenda de ontem, nos mesmos moldes, não poderá voltar a esta Casa novamente. Portanto, é essa a certeza que eu tenho porque há um precedente. E nós devemos ser cumpridores do Regimento. Sr. Presidente, se nós não cumprirmos as regras, inclusive na nossa casa – estou me referindo ao nosso lar, que tem regras –, acaba virando bagunça. Portanto, eu acho que regra é bom, é salutar. Até time de várzea tem regras. A nossa Câmara Legislativa tem sua regra, que é o Regimento Interno. Nós somos escravos do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Distrito Federal. Quem quiser modificá-los tem que apresentar uma proposta de modificação. Se quiserem colocar que uma emenda pode ser aprovada com qualquer número, tem que estar na lei. Não estando na lei, está fora da lei, é ilegal, está marginal.

Portanto, eu estou muito tranquilo, Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, e tenho certeza absoluta de que terei o apoio de V.Exa., que é um jurista e prende-se à lei, nessa decisão a ser tomada pela CCJ. E, se depois houver recurso para o Plenário, nós já estamos aqui com um arsenal para mostrar que já houve um precedente nesta Casa e que a emenda foi prejudicada.

Agradeço a V.Exa. pela paciência, mas os apartes foram muito importantes para este debate no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante, como bem disse V.Exa., o projeto foi encaminhado para a CCJ, que deverá dirimir qualquer dúvida que porventura tenha ficado, depois retornará para este plenário e será feito o que tem de ser feito.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, eu solicito que o Deputado Cláudio Abrantes use da palavra como Líder do Bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Meu boa-tarde, Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria. Agradeço ao Líder do nosso bloco, Deputado Prof. Israel Batista, por sua generosidade em abrir este espaço para falarmos no tempo da liderança do Bloco.

Há pouco, ocupou esta tribuna o Deputado Agaciel Maia para falar da votação da LDO hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Infelizmente, ainda não tivemos a repercussão disso, porque isso ainda vem para o debate aqui no plenário, mas eu quero de público elogiar o trabalho realizado pela Comissão, na figura do seu Presidente, Deputado Agaciel Maia. E, como S.Exa. relatou, em poucos momentos da vida desta Casa Legislativa, tivemos uma votação tão antecipada da LDO, de forma que o debate virá para o plenário de uma forma muito ampla, com muito tempo. Sabemos que não podemos parar as atividades legislativas até que a LDO seja apreciada em plenário. E o trabalho realizado na CEOF, sob a Presidência do Deputado Agaciel Maia, junto com os técnicos desta Casa, da própria CEOF, da liderança do governo, de todos que participaram, foi primordial para que hoje tivéssemos um debate amplo, em que as emendas dos deputados fossem devidamente avaliadas e tivessem resposta à altura.

Sr. Presidente, eu quero especificamente falar a V.Exa. e a todos aqui presentes – pena que faltam alguns Deputados no plenário – acerca de uma emenda de minha autoria que foi devidamente acatada pelo Deputado Agaciel Maia, relator do projeto, porque nos últimos meses, nas últimas semanas, houve e continua havendo um debate muito forte na Casa sobre o desconto do IPTU e do IPVA. Nós sabemos que há colegas Parlamentares que têm projetos que concedem esse desconto ainda neste ano. E eu não nego, não arredo das minhas posições. Na CCJ e na CEOF, eu me posicionei contrário a esses descontos no presente ano, tendo em vista que não havia substrato legal para que ele fosse aplicado. E esse substrato legal, na minha opinião, e continuo mantendo a minha opinião, começava na carência de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado.

Então, Sr. Presidente, manifestei que, no mérito, sempre fui a favor e continuo a favor dos descontos nesses impostos. Sempre relatei isso. Muitas vezes fui taxado de ser mera retórica.

Eu tive a honra e a possibilidade de apresentar uma emenda à LDO para o próximo ano que dá, sim, a possibilidade de esses descontos serem implementados. Essa emenda foi acatada pelo Deputado Agaciel. Venho à tribuna relatar essa emenda justamente para deixar claro que o discurso que nós fizemos na CCJ e na CEOF não foi um proselitismo ou um argumento técnico para prejudicar a população, como foi colocado desta tribuna por outros parlamentares. O procedimento que adotamos foi em razão de nossa livre convicção de parlamentar, por entender que naquele momento, da maneira como foi colocado, não podiam ser concedidos os descontos para o IPTU e o IPVA.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

Para mostrar que não fiquei só na retórica, apresentei uma emenda à LDO que possibilita que, no próximo ano – e não somente como um projeto de lei, mas como uma diretriz orçamentária para o governo, Deputado Olair Francisco –, o desconto seja efetivamente levado à população.

Dessa forma, eu quero agradecer à minha equipe, que propiciou um fundamento técnico para que a LDO de 2012 tenha no seu art. 59 o § 6º, e aí V.Exas. poderão conferir no texto da LDO que virá ao plenário, que é fruto da Emenda nº 107, de nossa autoria, e que foi acatada pela Subemenda nº 10, do Deputado Agaciel Maia, relator do projeto.

Então, isso mostra...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, Deputado Cláudio Abrantes, eu quero registrar a importância de V.Exa. como Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não só pela qualidade, assiduidade, mas também pelo trato, pela obediência à Constituição, à Lei Orgânica, à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao Regimento Interno desta Casa. Ressalto a qualidade técnica apurada de V.Exa.

Quero também testemunhar que, quanto aos assuntos que foram levados à Comissão, como a aprovação de alguns impostos que na realidade a Câmara Legislativa já tinha rejeitado e só poderiam ser rerepresentados através de projeto de lei com, no mínimo, 13 deputados, o parecer de V.Exa. obedeceu, à época, exatamente ao regime jurídico vigente, e não poderia ser diferente!

Eu acho que V.Exa. dá uma resposta agora, de maneira cabal e incontestável, ao apresentar essa Emenda nº 107, que já estabelece que, se o contribuinte pagar o IPTU e o IPVA de 2012 à vista, terá o desconto. Agora sim, de forma legal e inquestionável. Se alguém merece todo esse mérito, esse alguém é V.Exa. Com a visão de legislativo, com a visão também de povo, apresentou essa emenda. Esse relator nada mais fez do que acolher uma emenda correta, justa, tanto do ponto de vista legislativo como do ponto de vista jurídico. Então, se existe algum mérito, o mérito é de V.Exa., não meu, não dos membros da Comissão.

Portanto, eu quero parabenizar V.Exa. Acho que a repercussão a temas dessa natureza é em nível muito baixo; geralmente é em cima de pontos negativos, infelizmente. Mas V.Exa. tem de ser reconhecido. Sou testemunha do belo trabalho que V.Exa. fez hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao ajudar a aprovar e a aprimorar o parecer aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que pela primeira vez na história desta Casa virá com mais de quinze dias de antecedência para o plenário da Casa. Geralmente só era aprovado pela Comissão já no dia 29, dia 30, chegando aqui às pressas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então, parabéns a V.Exa., parabéns aos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças pelo belo trabalho que realizaram.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputado, eu que agradeço. Não há mérito individual, esse mérito é do debate, embora reconheçamos a generosidade das palavras de V.Exa. Esse mérito é do debate e da capacidade desta legislatura. Há de se dizer que, se o desconto do IPTU e do IPVA não estão sendo aplicados – e na nossa convicção legal não poderiam ser aplicados –, não é por culpa desta legislatura, tampouco deste governo. Isso foi fruto de um erro no ano passado. Agora, com essa emenda na LDO, estamos corrigindo e dando possibilidade ao contribuinte de efetivamente ter acesso a esse justo desconto, como V.Exa. colocou.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, há minutos fui procurado por um jornal para dar a minha opinião sobre os nossos primeiros seis meses. Eu falei que estava preparado para responder na mesma hora. Ele disse: “Não, daqui a pouco. Pense”. Eu falei: “Não há motivo para pensar”.

Disse V.Exa. aqui agora que, pela primeira vez na história, a LDO já tem condições de vir ao plenário. E o mais importante... Eu tenho evitado até dar aparte porque eu tenho que dar exemplo do que acontece comigo. Este parlamento é tão responsável que nós já estamos arrumando a verba, o orçamento, para que no próximo ano, quando você for pagar o seu IPVA e o seu IPTU, tenha o desconto de 10%, 15%. Passa de 10%?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Isso vai ser determinado na Lei Orçamentária Anual.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Vamos ver se arrumamos 10% aí.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Pode ser. Nós temos a diretriz agora.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Imagine, Deputado, se V.Exa. for comprar à vista um sapato lá na Agittus e não pedir o desconto. V.Exa. está furtando o próprio bolso!

Então, V.Exa. está totalmente certo. O cidadão que paga à vista tem que ter o seu desconto. E aí nós, este parlamento, com toda a responsabilidade que temos, estamos arrumando um recurso para que no próximo ano esse desconto não fique como desconto eleitoreiro, para que esse desconto seja um desconto real adquirido pelo povo. Aí eu tenho que trazer aqui os meus parabéns a V.Exa. e à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Nós sabemos que o trabalho que V.Exas. estão fazendo é o trabalho da responsabilidade. Tem a rapidez, a responsabilidade de resolver, de aprovar para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	16

que no próximo ano a nossa comunidade tenha a certeza de que, quando se dirigir ao local do pagamento, terá o seu desconto. O povo vai ganhar e vai sobrar mais dinheiro no bolso deles.

Parabéns à Comissão e parabéns a V.Exa. por trazer e aprovar este tema. Nós vamos aprovar aqui em plenário.

Esse era o meu aparte.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, Deputado Cláudio Abrantes, eu gostaria apenas de registrar que sempre defendemos – e tenho no meu passado algumas iniciativas nessa mesma direção – que, ainda que a LDO não seja a temática mais apropriada para absorver essa propositura, ela resgata um debate que está permeando a Câmara de maneira absolutamente justa.

Eu havia colocado tanto para a Deputada Liliane Roriz como para a Deputada Celina Leão que venho fazendo esse debate. Eu considero o debate correto. Ocorre que ele tem um calendário, dentro dos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro da definição de pauta de valores, dentro da devida antecipação, para que o Estado se prepare e para que a população também se programe. Quero reforçar a iniciativa de V.Exa., que é uma iniciativa criativa e que vem ao encontro do interesse público de maneira absolutamente serena e consequente, para que possamos nos programar, como erário, como redução eventual de receita, mas contribuindo com o interesse da população.

Sugeri aos colegas parlamentares que utilizassem esse debate para tentar transmitir ou transferir essa questão para a próxima pauta de valores a ser encaminhada, tanto de veículos, quanto de móveis no Distrito Federal. Creio que V.Exa., pela sagacidade, foi um dos relatores e membro da comissão que conduziu a matéria de maneira exemplar. Quero aproveitar para reconhecer o trabalho do Relator da LDO, Deputado Agaciel Maia, que, a bom tempo e em bom termo, apresentou relatório, após uma série de debates que se sucederam aqui, para que esta Casa e a cidade pudessem ser apropriadas.

Sugeri, Sr. Presidente, Deputado Dr. Michel, e Deputado Cláudio Abrantes, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que fizéssemos uma cartilha para divulgar em toda a cidade o que é a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e, posteriormente, o que é a LOA – Lei Orçamentária Anual para que a nossa população as conheça mais de perto. Tenho certeza, pelo que conheci do Deputado Agaciel Maia, nesses poucos meses, de que S.Exa. levará o debate do orçamento para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	17

nossa cidade. É correto saber como o orçamento é formulado, como se pensa e como se executa. Isso é um prenúncio dos bons tempos que esta Casa passará a vivenciar, frente às iniciativas da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Parabéns, Deputado Cláudio Abrantes, pela iniciativa, e Deputado Agaciel Maia, que acolheu na forma de subemenda a propositura de V.Exa.

Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Cláudio Abrantes, esse imbróglio do IPTU já se arrasta desde janeiro, uma vez que o Deputado Reguffe e o Deputado Paulo Tadeu, Relator desse projeto de lei, aprovaram o desconto de IPTU para 2011. Não era interesse do governo a aprovação deste desconto de 7,5%. Em tudo que se paga à vista, quer-se um desconto. Essa é a máxima da economia, e as pessoas querem isso.

Acho que eu, já me conformando com isso, vendo que o governo e todos os colegas... muitos deles me ajudaram na tentativa de que isso tivesse sido aprovado já neste ano... dei entrada, só para o seu conhecimento, em 10/05/2011, em um projeto de lei complementar, para dar os descontos não só no ano que vem, mas para a eternidade, até quando não estivermos mais aqui. Eu gostaria de dizer isso, porque eu estava lá no meu gabinete e vi que V.Exa. está querendo fazer a mesma coisa que já fiz.

Muito obrigada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Agradeço o aparte da Deputada Liliane Roriz.

Deputada Liliane Roriz, deve haver algum engano da parte de V.Exa. Não estou querendo fazer a mesma coisa, não. V.Exa. está me informando desse projeto de lei agora, e eu não poderia querer fazer a mesma coisa que V.Exa. já fez, se eu já soubesse desse projeto. O que fiz, Deputada Liliane Roriz, foi corrigir o que eu entendia ser o erro do projeto original, do ano passado. Não fiquei só nas palavras. Tomei uma atitude e louvo V.Exa. por ter apresentado esse projeto.

No meu entendimento e nos votos que dei, tanto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, quanto na Comissão de Constituição e Justiça, primei pela responsabilidade, pela legalidade, no meu livre convencimento, assim como respeitei os deputados que tinham posicionamento contrário, mesmo sabendo que aquilo poderia me gerar um desgaste público. Em nenhum momento, afastei-me das minhas convicções, que me fizeram – é bom salientar –, de uma maneira criativa e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	18

única, porque não é comum incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2012, uma emenda que, na minha opinião, dá o arcabouço legal para que esse desconto seja concedido.

O Deputado Olair Francisco questionou a questão da porcentagem, mas vamos discutir isso na Lei Orçamentária, com a pauta. Nós, hoje, já temos a diretriz dada ao governo por esta Casa, de que os descontos para IPTU e IPVA em pagamento de cota única já estão nas diretrizes orçamentárias. Nosso intuito, aqui, não é competir com ninguém, não é avançar sobre o projeto de ninguém. Louvo o projeto de V.Exa. porque trata da questão para o futuro. Mas, na LDO, precisávamos colocar isso como diretriz, para que acontecesse efetivamente.

Fico muito feliz, porque esse debate está chegando a um termo de benefício para o contribuinte. O meu posicionamento, no mérito, e as minhas manifestações, nos meus votos, se verificarmos as notas taquigráficas das reuniões de comissão, de plenário, seja onde for, sempre foram a favor do projeto. E, na legalidade, eu via fragilidade. Saí do discurso para a prática. Se eu via fragilidade, com a emenda que apresentei, na minha visão, essa fragilidade estava sendo corrigida, e isso foi configurado e aceito pelo relator da LDO. Volto a dizer que esse nosso debate, essa nossa conversa sobre o desconto só está sendo possível porque o trabalho da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi feito de maneira célere e qualificada. Do contrário, teríamos o risco, Deputada, de chegar ao relatório da LDO só no último dia de atividade parlamentar e sem esse debate. O debate é importante neste Parlamento, e as posições diversas também. Oxalá tenhamos aqui um posicionamento que, em princípio, se mostre benéfico para a população. Não há – fique tranquila – nenhum intuito, da minha parte, de avançar sobre matéria de nenhum outro colega. Eu simplesmente estou mostrando, na prática, o meu posicionamento nas comissões. Na minha opinião, a emenda à LDO do ano que vem corrigiu a fragilidade que acredito existir.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sr. Deputado, neste momento, não pode mais haver aparte, porque S.Exa. já teve. Após a sua fala, a Deputada Liliane Roriz terá direito de uso da palavra em questão de ordem.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Pois não, Sr. Presidente. Encerro meu pronunciamento agradecendo a generosidade de V.Exa., dos pares e da imprensa e ratificando o que acabamos de manifestar: o grande vencedor, nesse debate que travamos aqui, é a população, é o contribuinte. Mais uma vez, quero enaltecer o trabalho realizado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, pelos seus técnicos, pela Liderança do Governo, pela coordenação, enfim, por todos que se debruçaram sobre o tema, para analisar as emendas dos Deputados e chegar a um relatório que, brevemente, poderá vir ao plenário para ser debatido e votado. Dessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	19

forma, daremos uma resposta clara à população do Distrito Federal a respeito das diretrizes orçamentárias para o ano de 2012.

Muito obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito obrigada. A questão é a seguinte: quando cheguei a esta Casa, nos primeiros dias, incomodou-me muito uma matéria do *Jornal de Brasília* sobre a questão dos descontos, que não poderiam mais acontecer neste ano. Fiquei muito triste, porque levantei esta questão nesta Casa e não fiquei... Fui levando essa discussão, que está sendo feita hoje novamente nesta Casa em função da minha insistência com relação a essa matéria. Muitas vezes, fui ao gabinete do Deputado Agaciel Maia, que me recebeu com muita cortesia. S.Exa. sugeriu: "Olha, vai ser com muita dificuldade, mas eu vou ficar tentando, uma vez que essa matéria é de interesse do contribuinte, da população do Distrito Federal, que já paga tantos impostos, já sofre muito". O Deputado Agaciel Maia disse também: "Olha, se neste ano, porventura, não acontecer, entre com um projeto para os próximos anos". Naquele momento, Sr. Presidente, eu fiquei até muito triste e falei que iria ficar tentando até o momento em que eu conseguir lutar pela população do Distrito Federal, para que ela saiba que nesta Casa há uma deputada defendendo os interesses dela.

Deputado Cláudio Abrantes, eu fico muito feliz ao ver que V.Exa. tem uma capacidade técnica muito grande dentro dessa comissão, está acostumado a ver questões como essa e sabe muito bem que, em momento algum, quis deixar que a população do Distrito Federal enxergasse que V.Exa. estaria contra o desconto do IPTU. Muito pelo contrário. Eu acho que essa discussão foi saudável, foi boa. Eu cheguei até aqui com a cabeça erguida, combati um bom combate no sentido de que eu tentei. Espero que esta Casa tenha a sensibilidade para entender que o meu esforço foi grande, que esta Casa possa reconhecer esse esforço nos próximos anos, fazendo com que o governo transforme em lei esse desconto para a nossa sofrida população do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os colegas parlamentares. Boa tarde, Sr. Presidente, eu agradeço muito a paciência de V.Exa. hoje.

Eu tenho dois assuntos a tratar, sendo que o primeiro deles é sobre a situação do *campus* da UnB em Ceilândia. É preciso tomar uma providência urgente contra a UNI Engenharia, que praticamente foi expulsa de Rondônia por todos os crimes que cometeu contra o patrimônio daquele Estado e, agora, vem fazer seus maus feitos em Brasília. A UNI Engenharia já forneceu doze prazos para entregar os prédios da UnB em Ceilândia. O último prazo faz os estudantes da UnB de palhaços. Você passa num vestibular de alto padrão, um dos vestibulares mais difíceis do País, entra na Universidade de Brasília com a promessa de que passará um semestre num *campus* provisório e depois será colocado no verdadeiro *campus*. E essa empresa, que foi tocada de Rondônia, que responde a inúmeros processos naquele Estado, não entrega o prédio conforme combinado.

O Governo do Distrito Federal, em acordo com a UnB, já passou os recursos para a empresa, passou a mais do que deveria para a concretização da obra. A UnB já concluiu o prédio que era de sua responsabilidade e, em Ceilândia, o *campus* não fica pronto por culpa dessa empresa.

É preciso tomar providência. É preciso que se cumpra o acordo feito entre os estudantes e o reitor – os estudantes tiveram que fazer alguma coisa, invadiram a reitoria da UnB – para impedir que essa empresa participe de um novo processo de licitação, porque se trata de uma empresa inidônea, que já aprontou em outros Estados e agora vem para a Capital da República achando que isso aqui é um grotão, onde eles fazem o que querem, onde eles agem da forma que bem entendem, sempre apadrinhados por gente que age de má-fé.

Os estudantes não podem pagar por isso. Brasília não tem uma universidade distrital, e alega-se que não tem justamente porque há um acordo entre o governo e a UnB de aumentar o número de *campi* na cidade. Qualquer universidade de respeito é descentralizada. Assim é a Sorbonne, em Paris, e acho que Brasília merece isso também. Agora, não pode ser feito dessa forma.

Então, que essa empresa pague o que está devendo, que esse contrato seja rompido, porque já é a 12^a vez que se altera o prazo de entrega dessa universidade. Tem alguém pagando por isso, e sempre é o estudante, sempre é o professor, sempre é a pessoa envolvida em educação. É impressionante!

Olhem só: é preciso terminar os laboratórios, porque a UnB já comprou dezenove milhões em equipamentos para aqueles cursos. Esse equipamento está alojado inadequadamente e ele vai estragar. Essa empresa vai pagar por esse equipamento comprado? Isso não é possível! Não é possível que sempre que se trata de educação, o assunto fica em segundo plano, as empresas contratadas fazem o que bem entendem. Essa empresa tem de ser banida do mercado. Essa empresa já



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	21

deu problema e, por onde ela passa, deixa um rastro de incompetência e de corrupção.

Além desse assunto, eu vejo outro assunto muito importante e eu queria a atenção principalmente da Comunicação da Câmara para ele. Esse sábado, ao meio-dia, em frente ao Conjunto Nacional, vai se reunir uma marcha muito importante, de nome inusitado, mas que traz uma reflexão importante para nossa cidade, Brasília, e para o mundo todo: é a Marcha das Vadias. A Marcha das Vadias tem uma carta-manifesto que é irretocável. E eu estarei lá, participando dessa marcha. Quando eu ler a carta, Deputado Dr. Michel, dessa V.Exa. vai gostar muito, porque o Deputado Dr. Michel não é feminino, mas é feminista. Vocês vão entender porque essa marcha é tão importante:

“Em Brasília (...)”, é a carta manifesto, “(...) marchamos porque apenas nos primeiros cinco meses deste ano foram 283 casos registrados de mulheres estupradas, uma média de duas mulheres estupradas por dia, e sabemos que ainda há várias mulheres e meninas abusadas cujos casos desconhecemos; marchamos porque muitas de nós dependemos do precário sistema de transporte público do Distrito Federal, que nos obriga a andar longas distâncias sem qualquer segurança ou iluminação para proteger as várias mulheres que são violentadas ao longo desses caminhos.

No Brasil, marchamos porque aproximadamente quinze mil mulheres são estupradas por ano, e mesmo assim nossa sociedade acha graça quando um humorista faz piada sobre estupro, chegando ao cúmulo de dizer que homens que estupram mulheres feias não merecem cadeia, mas um abraço; marchamos porque nos colocam rebolativas e caladas como mero pano de fundo em programas de TV nas tardes de domingo e utilizam nossa imagem seminua para vender cerveja, vendendo a nós mesmas como mero objeto de prazer e consumo dos homens; marchamos porque vivemos em uma cultura patriarcal que aciona diversos dispositivos para reprimir a sexualidade da mulher, nos dividindo em ‘santas’ e ‘prostitutas’, e muitas mulheres que denunciam estupro são acusadas de terem procurado a violência pela forma como se comportam ou pela forma como estavam vestidas; marchamos porque a mesma sociedade que explora a publicização de nossos corpos voltada ao prazer masculino se escandaliza quando mostramos o seio em público para amamentar nossas filhas e filhos; marchamos porque durante séculos as mulheres negras escravizadas foram estupradas pelos senhores, porque hoje empregadas domésticas são estupradas pelos patrões e porque todas as mulheres, de todas as idades e classes sociais, sofreram ou sofrerão algum tipo de violência ao longo da vida, seja simbólica, psicológica, física ou sexual.

Já fomos chamadas de vadias porque usamos roupas curtas; já fomos chamadas de vadias porque transamos antes do casamento; já fomos chamadas de vadias por simplesmente dizer ‘não’ a um homem; já fomos chamadas de vadias porque levantamos o tom de voz em uma discussão; já fomos chamadas de vadias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	22

porque andamos sozinhas à noite e fomos estupradas; já fomos chamadas de vadias porque ficamos bêbadas ou sofremos estupro enquanto estávamos inconscientes; já fomos chamadas de vadias quando torturadas e estupradas por vários homens ao mesmo tempo durante a ditadura militar. Já fomos e somos diariamente chamadas de vadias apenas porque somos mulheres!

Mas, hoje, marchamos para dizer que não aceitaremos palavras e ações utilizadas para nos agredir enquanto mulheres. Se, na nossa sociedade machista, algumas são consideradas vadias, todas nós somos vadias! E somos todas santas, e somos todas fortes, e somos todas livres! Somos livres de rótulos, de estereótipos e de qualquer tentativa de opressão masculina à nossa vida, à nossa sexualidade e aos nossos corpos. Estar no comando de nossa vida sexual não significa que estamos nos abrindo para uma expectativa de violência, e por isso somos solidárias a todas as mulheres estupradas em qualquer circunstância, porque foram agredidas e humilhadas, tiveram sua dignidade destroçada e muitas vezes foram culpadas por isso. O direito a uma vida livre de violência é um dos direitos mais básicos de toda mulher, e é pela garantia desse direito fundamental que marchamos hoje e marcharemos neste sábado até que todas sejamos livres.

Somos todas as mulheres do mundo! Mães, filhas, avós, prostitutas, santas ou vadias... todas merecemos respeito!"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Como V.Exa. bem diz: "Eu não sou feminino, mas sou feminista". Tem um jeito de resolver isso: castrando esses infelizes.

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente, eu quero dar continuidade, Deputado Israel, porque estarei lá sábado como uma militante pelos direitos das mulheres e pelo combate à violência contra as mulheres. Deputado Dr. Michel, o que nós precisamos é de um Estado que tenha políticas públicas de proteção à vida das mulheres e que a Lei Maria da Penha, que é uma grande conquista no combate à violência doméstica, seja respeitada e seja implementada no nosso País.

Eu queria me referir a um assunto que eu fico impressionada como foi "invisibilizado" nesta Casa. Várias assembleias legislativas no restante do País têm discutido, feito audiências públicas, enfim, sobre a reforma política.

O relatório sobre a reforma política vai ser entregue no dia 21 de junho ao Congresso Nacional. E muito mais invisível ainda do que o debate sobre qual a reforma política queremos para o nosso País, é como fica a situação das mulheres na reforma política. É muito mais invisível ainda!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	23

Durante esta semana, eu tive a oportunidade de ajudar a organizar, em conjunto com o movimento de mulheres e os movimentos sociais, várias atividades no aeroporto, no Congresso Nacional, no diálogo com os parlamentares, que estão extremamente reticentes – e, quando falo os parlamentares, estou me referindo aos parlamentares homens no Congresso Nacional – ao debate da ampliação da participação das mulheres.

O debate, desde o início, na maioria das vezes, tem consenso na questão de financiamento público de campanha. Mas não há, longe de haver, longe de haver, consenso na lista fechada com alternância de sexo. Essa é a bandeira das mulheres na reforma política. E aí eu quero apelar aos meus companheiros parlamentares aqui na Casa para refletirem sobre a importância do nosso País ter uma posição clara sobre a necessidade de criação de mecanismos que possibilitem a inclusão das mulheres num espaço tão difícil, que é o espaço legislativo.

Nós temos hoje no Congresso Nacional menos de 9% de mulheres na Câmara dos Deputados, somos 8,7%, 45 mulheres em 513 Deputados! Apesar de termos conquistado o maior posto do País, a Presidência da República – tenho um orgulho enorme de ter uma mulher na Presidência e de ter três mulheres nos principais cargos de comando do País –, isso não se reflete nos espaços da Câmara Federal, do Senado Federal, das assembleias legislativas, das câmaras de vereadores e das prefeituras. Em prefeituras, câmaras de vereadores, enfim, é até um número maior de mulheres. Quanto mais difícil de alcançar, menos mulheres alcançam os espaços.

Portanto, nós queremos, sim, paridade de direitos na reforma política. Queremos que, se aprovada a lista fechada, para cada homem venha uma mulher. E isso é luta por garantia de espaço de poder. Queremos “empoderar” as mulheres. As cotas de gênero aprovadas nos partidos, na maioria das vezes, não são seguidas, e as mulheres são usadas como laranjas nas listas eleitorais para completar a lista, mas muitas, na maioria das vezes, não têm a menor condição de disputar as eleições e saírem vitoriosas no processo eleitoral.

Aqui nesta Casa, são 24 Deputados, há cinco mulheres! No Senado Federal temos 12,4% de mulheres. O Brasil ocupa uma posição lamentável do ponto de vista mundial na participação das mulheres. E não é porque nós não queremos estar nos espaços do parlamento, não, porque, para as mulheres chegarem aos espaços do parlamento, precisamos discutir a divisão do trabalho doméstico, as mulheres são, em 90%, responsáveis pelo trabalho doméstico. Precisamos discutir a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Precisamos discutir as políticas públicas de proteção à saúde das mulheres, de fortalecimento do SUS, porque fortalecer o SUS significa proteção à vida de milhares e milhares de mulheres no nosso País. Precisamos ter política pública de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Precisamos referendar a posição que a OIT teve agora com relação ao trabalho doméstico, de igualdade de direitos, porque no trabalho doméstico as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

empregadas domésticas deste País são mulheres e são negras; portanto, a discriminação tem gênero e tem raça! Porque fazer discurso é muito fácil; agora, transformar o discurso na prática política é difícil, porque, para as mulheres entrarem, alguém tem que sair, é por isso que há uma resistência enorme dentro do Congresso Nacional. E isso ocorre em todos os partidos, inclusive no meu! Então, não é prerrogativa da direita, não, porque é disputa de espaço político.

E nós, as mulheres, não vamos arredar o pé da nossa luta. A Argentina hoje tem quase 50% de mulheres no parlamento porque foi luta das mulheres, foi luta das mulheres por espaço, foi luta das mulheres na briga. É briga! É briga! Porque espaço de poder, principalmente espaço de poder, não é concedido.

Eu quero terminar dizendo a importância de esta Câmara discutir a reforma política, da importância que é para nós, enquanto parlamentares, vermos na próxima legislatura muito mais mulheres do que temos hoje.

E aí, companheiro Deputado Dr. Michel, Vice-Presidente desta Casa, eu apresentei uma proposta de resolução de alteração do Regimento Interno da Câmara Legislativa, que está com a Mesa Diretora – quero cobrar a posição da Mesa Diretora –, para a inclusão da cota de gênero na Mesa Diretora de, no mínimo, 30% de cada um dos gêneros. Hoje não temos nenhuma mulher participando da Mesa Diretora, mas queremos incluir. Eu tenho certeza de que poderei contar com seu apoio e com o apoio dos meus pares nesta Casa. Nós fizemos um debate, vamos fazer uma discussão como bancada feminina. Há um consenso entre as cinco Parlamentares desta Casa. Em que pese todas as diferenças políticas e ideológicas que temos – e temos muitas –, há uma coisa que nos une: as cinco mulheres que participam deste mandato legislativo trabalharem como bancada para fazer com que vários projetos relativos aos direitos das mulheres sejam votados nesta Casa. E queremos mais: queremos ver brevemente a Mesa Diretora se posicionar sobre essa proposta de alteração no Regimento Interno, encaminhada por mim. Tenho conversado com muitos companheiros – e é consenso entre as parlamentares – que queremos ter espaço na Mesa Diretora.

Queremos também trazer outra coisa para o Distrito Federal. Estou apresentando outra proposta de resolução que é, a exemplo do Congresso Nacional e de vários outros Estados do Brasil, a criação da Procuradoria da Mulher na Câmara Legislativa, a partir de uma alteração no Regimento Interno. Portanto, queremos discutir igualdade e equidade de oportunidades entre homens e mulheres, principalmente em uma Casa que produz leis para a sociedade. Isso não significa uma luta contra os homens, mas uma luta da maioria da população do nosso País, da nossa cidade, que são as mulheres. Quando se trata de espaço de poder – e olha que eu venho de um espaço extremamente difícil para as mulheres, que é o movimento sindical –, o diálogo é outro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	25

Vamos lutar, sim, por uma reforma política que tenha igualdade de direitos e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Rejane Pitanga, V.Exa. está de parabéns pela fala. V.Exa. vê que a sociedade brasiliense já tem dado exemplo. Aqui na Câmara Legislativa, parece-me que temos 20,8% das mulheres como deputadas. São cinco Deputadas entre 24 Deputados. Se fosse 10%, seriam 2,5. Temos mais de 20% de mulheres. Podemos chegar aos 50%, que eu acho um nível normal. Se é em pé de igualdade, deveriam ser 50%.

Acho que a resolução de V.Exa. deveria propor 50% na Mesa Diretora. Acho que, com 30%, V.Exa. estaria desmerecendo. Eu penso em 50%. Acho que, no mínimo, deveria ser metade de mulher e metade de homem. Se há divisão de poder, tem de ser em igualdade.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de lembrar que amanhã, às 15h, teremos uma audiência pública para debatermos a violência contra a pessoa idosa. Ontem foi comemorado o Dia Internacional da Luta contra a Violência à Pessoa Idosa. Por isso, fizemos essa proposição para realizarmos esta audiência pública.

Eu gostaria também de comentar que o nosso partido, o PRB – Partido Republicano Brasileiro – defende essa bandeira no sentido da conscientização pelo aumento da quantidade de mulheres na política, tanto que baixamos uma resolução para as eleições de 2012 em que determinamos que todos os municípios coloquem a mulher em quantidade semelhante à do homem, que se extrapole até mesmo a quantidade de mulheres nas chapas proporcionais. O PRB, na última quinzena, realizou um congresso do PRB Mulher, no Congresso Nacional, com várias parlamentares, inclusive a Deputada Janete Pietá, do PT de São Paulo, e a Deputada Luiza Erundina, que abraçaram a causa e, no dia seguinte, nós colocamos essa resolução no site do nosso partido e pedimos aos presidentes municipais que todos os municípios lancem uma quantidade superior a 30%, uma quantidade maior em relação aos homens.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não poderíamos esperar algo diferente de um Deputado da proficiência de V.Exa. no caso do idoso e do partido de V.Exa. no caso das mulheres. Está de parabéns duas vezes pela audiência pública e pelo partido que coloca as mulheres em evidência dessa forma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2011	16h15min	57 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	26

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h45min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 123 – Suplemento, de 5/7/2011.